



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, O Parque Gerador é composto por 13 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) controladas diretamente, com capacidade instalada total do grupo em 291 MW, e energia comercializada total anual de 1.673,25 GWh, beneficiando aproximadamente 2,5 milhões de pessoas. A receita bruta de vendas em 2013 foi de R\$ 322,4 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 165,7 milhões. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

Table with columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, Passivo, Circulante, Não Circulante. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Impostos a receber, Despesas antecipadas, Adiantamentos a funcionários, Adiantamentos diversos, Ativos vinculados - BNDES, Impostos e contribuições diferidas, Depósitos judiciais, Investimentos, Imobilizado, Intangível, Total do Ativo.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

Table with columns: Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimento, Fluxos de caixa das atividades de financiamento. Rows include Lucro líquido antes do imposto de Renda e da contribuição social, Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais, Resultado na baixa de ativo imobilizado, Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, Depreciação e amortização, Equivalência patrimonial, Variações nos ativos e passivos, Redução (aumento) em contas a receber, Redução (aumento) em impostos a compensar, Aumento em despesas antecipadas, Aumento em adiantamentos diversos, Aumento em adiantamentos a funcionários, Aumento em impostos e contribuições diferidas, Aumento em depósitos judiciais, Aumento (redução) em fornecedores, Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias, Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher, Aumento na provisão para férias e 13º salário, Aumento em outros passivos, Aumento em receita diferida, Imposto de renda e contribuição social pagos no período, Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimento, Redução em ativos vinculados - BNDES, Dividendos recebidos, Aquisição de imobilizado, Aquisição de intangível, Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, Dividendos pagos, Financiamentos pagos, Juros pagos sobre financiamentos, Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos, Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa, Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício, Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

Table with columns: Reservas de lucros, Dividendos adicionais, Reserva especial, Reserva de retenção de lucros, Lucros acumulados, Capital social, Reserva legal, Total. Rows include Saldos em 31/12/11, Aumento de capital mediante capitalização, Dividendos pagos, Lucro líquido do exercício, Destinações, Reserva legal, Dividendos a pagar, Reserva especial, Reserva retenção de lucros, Saldos em 31/12/12, Dividendos pagos, Lucro líquido do exercício, Destinações, Reserva legal, Dividendos adicionais, Dividendos a pagar, Saldos em 31/12/13.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

Table with columns: Receita líquida de vendas, Custos da venda de energia, Pessoal, Meio ambiente, Operação, Manutenção, Taxas setoriais, Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD), Seguros, Depreciação e amortização, Outros custos, Lucro bruto, Despesas operacionais, Pessoal, Despesas administrativas e gerais, Outras despesas operacionais, líquida, Resultado da equivalência patrimonial, Lucro antes do resultado financeiro, Despesas financeiras, Receitas financeiras, Resultado financeiro, Lucro antes dos impostos, Imposto de renda, Contribuição social, Lucro líquido do exercício, Lucro básico e diluído por ação - R\$, Quantidade de ações ao final do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A PCH Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 22 de setembro de 2005 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, e iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, quando passou a ser controlada pela Brasil PCH S.A.. A Companhia tem como objeto social a implementação de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), seja diretamente ou através de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em Acordo de Acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada. A contratação de energia gerada pelas 13 controladas diretas se dá através de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas com a Eletrobras/PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar da data de entrada em operação. Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- Funil Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Guanhanês, no Município de Dorcas de Guanhães, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 22,5MW e energia anual assegurada de 127,3 GWh, com investimento total de R\$91.071 e iniciou sua operação comercial em 4 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.
• São Joaquim Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 21 MW e energia anual assegurada de 116,3 GWh, com investimento total de R\$82.421, e iniciou sua operação comercial em 16 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2030.
• Santa Fé Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio Paraíba, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Santana do Deserto, em Minas Gerais, tem capacidade instalada de 30 Mw e energia anual assegurada de 228,6 GWh, com investimento total de R\$143.101, e iniciou sua operação comercial em 8 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 05 de novembro de 2032.
• Carangola Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Carangola, no Município de Carangola, em Minas Gerais, tem capacidade instalada de 15 Mw e energia anual assegurada de 83,8 GWh, com investimento total de R\$61.198, e iniciou sua operação comercial em 24 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.
• Jataí Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio Claro, no Município de Jataí, em Goiás. Tem capacidade instalada de 30MW e energia anual assegurada de 178,3 GWh, com investimento total de R\$113.974, e iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032.
• Bonfante Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio Paraíba, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 19MW e energia anual assegurada de 118,0 GWh, com investimento total de R\$90.763, e iniciou sua operação comercial em 1º de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.
• Irara Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio Doce, no Município de Rio Verde, em Goiás, tem capacidade instalada de 30 Mw e energia anual assegurada de 159,5 GWh, com investimento total de R\$118.894 e iniciou sua operação comercial em 5 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.
• Calheiros Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Itabapoana, entre os Municípios de Bom Jesus do Itabapoana, no Rio de Janeiro, e São José do Calçado, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 19 Mw e energia anual assegurada de 95,6 GWh, com investimento total de R\$76.836 e iniciou sua operação comercial em 11 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.
• Caparaó Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Preto, entre os Municípios de Caiena Feliz, em Minas Gerais, e Dorcas de Rio Preto, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 4,5 Mw e energia anual assegurada de 22,8 GWh, com investimento total de R\$24.444 e iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.
• Monte Serrat Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio Paraíba, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais, tem capacidade instalada de 25 Mw e energia anual assegurada de 160,1 GWh, com investimento total de R\$132.690 e iniciou sua operação comercial em 12 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.
• São Simão Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Itapemirim, no Município de Alegre, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 27 Mw e energia anual assegurada de 133,1 GWh, com investimento total de R\$105.342 e iniciou sua operação comercial em 16 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.
• São Pedro Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 30 Mw e energia anual assegurada de 161,2 GWh, com investimento total de R\$133.718 e iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.
• Retiro Velho Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio da Prata, no Município de Apurá, em Goiás, tem capacidade instalada de 18 Mw e energia anual assegurada de 115,2 GWh, com investimento total de R\$109.641 e iniciou sua operação comercial em 18 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032. (\*)
As informações de investimentos totais nas PCH's não foram examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia

As controladas tem a totalidade da sua capacidade de geração hidrelétrica inserida no MRE, responsável por mitigar os riscos hidrológicos entre as usinas hidrelétricas que aderirem ao mesmo. Por força do PROINFA, todos os anos, sempre em setembro, as controladas informam a sazonalização para a ELETROBRÁS considero no Plano Anual do PROINFA do ano seguinte. As contabilizações são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas ao Agente de Comercialização do PROINFA (ELETRO-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

Table with columns: Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente total do exercício. Rows include Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente total do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1.2. Revisão da Garantia Física

As empresas Jataí Energética e Retiro Velho Energética através das Portarias MME nº 38, de 13 de junho de 2012 e nº 28, de 9 de maio de 2012, respectivamente, tiveram sua energia anual assegurada acrescida, fato que gerou aumento no volume de energia vendida ao PROINFA a partir de 1 de janeiro de 2013 e o respectivo aumento nas receitas auferidas a partir da data das Portarias. Entretanto, na empresa Jataí Energética ainda ficou pendente de autorização de parte do faturamento do acréscimo de receita de 2012, no valor de R\$730, que será realizado em 2014. De acordo com o previsto na Portaria MME 463/2009, a partir do quadragésimo oitavo mês de operação comercial serão revisados anualmente e, em seguida, semestralmente, os montantes de garantia física dos empreendimentos que apresentarem desempenho inferior às metas de geração líquida estabelecidas em 80% e 90%, respectivamente. Estima-se a revisão para menor da garantia física da PCH Bonfante, em função da indisponibilidade verificada por danos na UG1, em passos de 5%, limitados a 10% do total, que deverão ser objeto de publicações pelo MME em janeiro e julho/2014, de modo que será percebido impacto financeiro apenas no exercício de 2015 da ordem de R\$2.250, sendo R\$375 referente aos ajustes de 2014 (1ª redução) e R\$1.875, referente à 2ª redução que iniciará a partir de 01/01/2015. Estima-se a revisão para menor da garantia física da Caparaó (PCH Fumaça IV) em 5%, limitado a 10% do total, que deverão ser objeto de publicações pelo MME em janeiro/2014, de modo que será percebido impacto financeiro apenas no exercício de 2015 da ordem de R\$166, sendo R\$55 referente aos ajustes de 2014 (1ª redução) e R\$111 (2ª redução), referente aos efeitos da redução no próprio exercício de 2015. Estima-se a revisão para menor da garantia física da PCH Monte Serrat, em função da indisponibilidade verificada por dano grade da tomada d'água da UG2, em passos de 5%, limitado a 10% do total, que deverão ser objeto de publicações pelo MME em julho/2014 e janeiro/2015, de modo que será percebido impacto financeiro apenas no exercício de 2015 da ordem de R\$817 (1ª Redução) e no exercício de 2016 da ordem de R\$1.584 (2ª Redução). Ainda, de maneira adicional, no ano de 2016 haverá o ajuste financeiro de R\$768 referente a 2ª redução da garantia física no período de julho/15 até dezembro/15. Foram publicadas em 31/01/13 e 26/07/13, as Portarias MME - nº 020 e 63/13, que informaram as revisões para menor da garantia física da PCH Funil, em passos de 5%, não podendo ultrapassar o limite de 10% de redução, de modo que será percebido impacto financeiro somente no exercício de 2014 da ordem de R\$2.417, sendo R\$382 referente aos ajustes de 2013 (1ª redução) e R\$2.035, referente à 2ª redução que iniciará, no próprio exercício, a partir de 01 de janeiro de 2014.

1.3. Sinistro PCH Bonfante Energética S.A. e Monte Serrat

A unidade geradora da PCH Bonfante ficou indisponível no dia 7 de dezembro de 2012, devido a verificação de danos no multiplicador de velocidade. Em 21 de abril de 2013, a unidade geradora retomou parcialmente a produção, após reparos no multiplicador de velocidade. Em 18 de novembro de 2013, houve nova interrupção da unidade em função da substituição de algumas peças. Em 04 de janeiro de 2014, a produção foi retomada, entretanto, em seguida havendo nova paralisação para correção de vazamento no circuito da unidade hidráulica de regulação - UHR, devidamente sanada em 18 de janeiro de 2014. Na avaliação da Administração, o limite de penalidade é de 10% referente a revisão de energia garantida descrita na nota explicativa 1.2. Cabe ressaltar que no dia 13 de setembro de 2013 a seguradora - ACE Seguradora S/A - repassou o valor de R\$5 milhões a título de adiantamento de seguro, a fim de cobrir os gastos já incorridos com o sinistro. As negociações para o recebimento do valor final do sinistro (danos materiais e lucro cessantes) possui estimativa de encerramento para o primeiro semestre de 2014. A unidade geradora II da PCH Monte Serrat se encontra indisponível desde o dia 19/12/2013, devido a verificações de danos na grade de proteção da unidade geradora II. Estão sendo tomadas todas as providências necessárias para o restabelecimento da unidade no menor prazo possível. A seguradora foi devidamente notificada e acompanha os trabalhos. Com a paralisação de uma de suas turbinas, a PCH não alcançará a meta de geração de energia prevista pela portaria MME 463/2009. Entretanto, a Administração considera que a penalidade que a PCH de Monte Serrat sofrerá será uma redução de sua garantia física em 5% em 2015, limitada a 10%, conforme descrita na nota explicativa 1.2.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

Table with columns: Receita bruta de vendas, Vendas de mercadorias, produtos e serviços, Ajuste do MRE e aumento e Redução de Energia Assegurada, Insumos adquiridos de terceiros, Custos dos produtos, dos mercadorias e dos serviços vendidos, Materiais, energia, serviços de terceiros e outros, Perda/recuperação de valores ativos, 3. Valor adicionado bruto (1-2), 4. Depreciação e amortização, 5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4), 6. Valor adicionado recebido em transferência, Resultado de equivalência patrimonial, Receitas financeiras, 7. Valor adicionado total a distribuir (5+6), 8. Distribuição do valor adicionado, Pessoal, Remuneração direta, Benefícios, F.G.T.S., Impostos, taxas e contribuições, Federais, Estaduais, Municipais, Remuneração de capitais de terceiros, Juros, Aluguéis, Outras, Remuneração de capitais próprios, Dividendos a pagar, Dividendos adicionais propostos, Lucros retidos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente no data em que foram originados. Todos os outros resultados financeiros (incluindo o ativo designado pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia



e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

iii. Capital social
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. b. Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente.

c. Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial. d. Imobilizado
Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em março de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e. Depreciação
A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas diretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia e suas controladas consideram essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta nas Resoluções de autorização para estabelecimento como produtoras independentes, concedidas pela ANEEL a cada PCH, ao final do prazo dessas autorizações, caso não sejam renovadas, o valor residual dos bens será indenizado às Companhias. A Administração considera provável a renovação de autorizações, considerando a renovação concedida a terceiros conforme Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização de PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e OCPC 05.

Autorização e indenização
A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (conforme descrito na Nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. f. Intangível
Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início do prazo de vigência de cada evento. g. Diferido
Registrado ao custo de formação. Na controladora, a amortização é calculada de forma proporcional em relação a cada controlada direta (PCHs), a partir da data do início de suas operações pelo prazo de dez anos. Nas controladas diretas, registra as despesas pré-operacionais até 31 de dezembro de 2008 e a amortização é calculada desde a data do início de suas operações pelo prazo de cinco anos. A Companhia e suas controladas optaram por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização. Em atendimento ao CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido deve ser totalmente eliminado.

h. Valor recuperável de ativos
O imobilizado, intangível e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia e suas controladas não apuraram nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. i. Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. j. Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. k. Receita operacional
A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia e suas controladas. l. Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. m. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia. São calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social das demais controladas diretas são calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita brutas para apuração da base de cálculo são de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. n. Demonstração do valor adicionado
A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (CPC 09), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. o. Resultado por ação
O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuível aos acionistas sobre as ações ordinárias e preferenciais em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2013 e 2012. p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas
Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, sendo essas:

Table with 2 columns: IFRS 9, Instrumentos Financeiros²; Modificações às IFRS 9 e IFRS 7, Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição²

Table with 2 columns: Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27, Entidades de Investimento¹; Compensação de Ativos e Passivos Financeiros¹

Table with 2 columns: Modificações às IAS 32, Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.²; Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis.

4. Gerenciamento de risco
A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

\* Risco de crédito
O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - Eletrobrás via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7.

\* Risco mercado
Por meio de suas atividades, a Companhia e suas controladas ficam expostas principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

\* Risco operacional
O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 22.

\* Risco de liquidez
A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 101% em bancos de primeira linha. Assim, garantem uma caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

\* Risco de juros
Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que va-

riam entre 96,5% a 101% do CDI, conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 6. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 14. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia e suas controladas está apresentada na Nota Explicativa nº 21.

\* Gestão de capital
A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, do credor e do mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia e suas controladas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

5. Demonstrações contábeis consolidadas
As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da PCH Participações S.A. e as de suas controladas diretas: Bonfante Energética S.A., Calheiros Energia S.A., Caparaó Energia S.A., Carangola Energia S.A., Funil Energia S.A., Irara Energética S.A., Jataí Energética S.A., Monte Serrat Energética S.A., Retiro Velho Energética S.A., Santa Fé Energética S.A., São Joaquim Energia S.A., São Pedro Energia S.A. e São Simão Energia S.A.; nas quais a participação no capital é de 99,99%. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas;
• Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações financeiras das controladas diretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado entre a controladora e consolidado.

Table with 3 columns: 31/12/13, 31/12/12, Saldo da controladora. Rows include Ativo diferido das controladas baixado somente no consolidado de acordo com o CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41 (Nota 13), Saldo do consolidado, Resultado, Controladora, Amortização do diferido, Consolidado.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/13, 31/12/12. Rows include Caixa, Bancos, Aplicações financeiras.

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto aos Bancos do Brasil e Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem compromisso de recompra a qualquer momento.

7. Contas a receber
Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas controladas diretas da Companhia (PCHs), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. As PCHs registram o valor a receber referente à energia faturada conforme contratado pelo PROINFA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. As suas controladas diretas não constituíram uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% do contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis.

8. Ativos vinculados - BNDES
O saldo registrado em 31 de dezembro, refere-se aos recursos recebidos pelas controladas diretas, decorrentes da venda de energia gerada, e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota explicativa nº 14, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição, pelas controladas, de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira no Fundo BB Comercial 17, com taxas que variaram entre 93,0% e 100,6%, do CDI, de liquidez imediata e baixo risco, junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta deverá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento.

9. Depósitos judiciais - consolidado
Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos ora tomados por terceiros. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs, das linhas de transmissão e de obras para uso público. De acordo com a posição dos advogados, nos processos em que os depósitos atualizados não são suficientes para fazer face as indenizações de terras, as controladas indiretas registram no Passivo uma provisão adicional em contrapartida com o ativo em processo de aquisição. Quando a posse definitiva desses terrenos for legalmente transferida para as controladas indiretas da Companhia o valor dos respectivos depósitos quando levantados será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas indiretas. Em 31 de dezembro de 2013, o valor dos depósitos judiciais é de R\$8.895 (R\$7.515 em 31 de dezembro de 2012).

Table with 4 columns: Controlada, 31/12/13, 31/12/12. Rows include No início do exercício, Equivalência patrimonial, Dividendos a receber, Dividendos recebidos, No fim do exercício, b) Informações das investidas - PCHs: Lucro, Quantidades de ações ordinárias, Patrimônio líquido.

Table with 4 columns: Ativo circulante (i), Passivo circulante (ii), Ativo circulante (i), Passivo circulante (ii). Rows include Brasil PCH S.A., Bonfante Energética S.A., Calheiros Energia S.A., Caparaó Energia S.A., Carangola Energia S.A., Funil Energia S.A., Irara Energética S.A., Jataí Energética S.A., Monte Serrat Energética S.A., Retiro Velho Energética S.A., Santa Fé Energética S.A., São Joaquim Energia S.A., São Pedro Energia S.A., São Simão Energia S.A.

Table with 4 columns: Ativo circulante (i), Passivo circulante (ii), Ativo circulante (i), Passivo circulante (ii). Rows include Referem-se a (i) dividendos a receber, (ii) dividendos a pagar. d) Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 05 de março de 2013, foi aprovada a remuneração global da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2013 em, no máximo, R\$65 (R\$60 em 2012) na Controladora e R\$ 910 no Consolidado. A Diretoria da Companhia é composta por dois diretores com remuneração anual de R\$31 na Controladora e R\$ 651 no Consolidado.

Table with 4 columns: Taxa média ponderada de depreciação %, Custo, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos, Turbina hidráulica, Conduto forçado, Gerador, Comporta, Subestação unitária, Estrutura de tensão, Casa de força produção hidráulica, Reservatório, barragem, adutora, Adiantamento a fornecedores, Outros.

Table with 4 columns: Taxa média ponderada de depreciação %, Custo, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos, Turbina hidráulica, Conduto forçado, Gerador, Comporta, Subestação unitária, Estrutura de tensão, Casa de força produção hidráulica, Reservatório, barragem, adutora, Adiantamento a fornecedores, Outros.

Table with 4 columns: Taxa média ponderada de depreciação %, Custo, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos, Turbina hidráulica, Conduto forçado, Gerador, Comporta, Subestação unitária, Estrutura de tensão, Casa de força produção hidráulica, Reservatório, barragem, adutora, Adiantamento a fornecedores, Outros.

Table with 4 columns: Taxa média ponderada de depreciação %, Custo, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos, Turbina hidráulica, Conduto forçado, Gerador, Comporta, Subestação unitária, Estrutura de tensão, Casa de força produção hidráulica, Reservatório, barragem, adutora, Adiantamento a fornecedores, Outros.

Table with 4 columns: Taxa média ponderada de depreciação %, Custo, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos, Turbina hidráulica, Conduto forçado, Gerador, Comporta, Subestação unitária, Estrutura de tensão, Casa de força produção hidráulica, Reservatório, barragem, adutora, Adiantamento a fornecedores, Outros.

Table with 4 columns: Taxa média ponderada de depreciação %, Custo, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos, Turbina hidráulica, Conduto forçado, Gerador, Comporta, Subestação unitária, Estrutura de tensão, Casa de força produção hidráulica, Reservatório, barragem, adutora, Adiantamento a fornecedores, Outros.

Table with 4 columns: Taxa média ponderada de depreciação %, Custo, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos, Turbina hidráulica, Conduto forçado, Gerador, Comporta, Subestação unitária, Estrutura de tensão, Casa de força produção hidráulica, Reservatório, barragem, adutora, Adiantamento a fornecedores, Outros.

Table with 4 columns: Taxa média ponderada de depreciação %, Custo, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos, Turbina hidráulica, Conduto forçado, Gerador, Comporta, Subestação unitária, Estrutura de tensão, Casa de força produção hidráulica, Reservatório, barragem, adutora, Adiantamento a fornecedores, Outros.

A Companhia e suas controladas diretas consideram essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos. b) Movimentação do custo

Table with 6 columns: Descrição, 31/12/11, Adições, Baixas, Transfêrências, 31/12/12. Rows include Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos, Turbina hidráulica, Conduto forçado, Gerador, Comporta, Subestação unitária, Estrutura de tensão, Casa de força produção hidráulica, Reservatório, barragem, adutora, Adiantamento a fornecedores, Outros.

Table with 6 columns: Descrição, 31/12/11, Adições, Baixas, Transfêrências, 31/12/12. Rows include Depreciação, Saldo, Depreciação, Saldo.

No exercício de 2013, a Companhia revisou os saldos de adiantamentos a fornecedores e reconciliou com os valores em aberto, no passivo na conta de fornecedores, resultando na baixa de R\$18.075 do saldo existente em 31 de dezembro de 2013. Ressalta-se que a Administração da Companhia permanece em negociação com os EPCistas para o encerramento e obtenção do termo de quitação do contrato EPC. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de fornecedores reflete o atual estágio das referidas negociações e, na avaliação da Administração, não haverá quaisquer passivos adicionais até a obtenção do termo de quitação previsto para ocorrer durante o exercício de 2014.

12. Intangível
Refere-se aos programas ambientais constantes nas licenças de operação, provisão para processos de indenização de terras, gastos para regularização de servidões que ainda não foram registradas no RGI (valores estimados em 31 de dezembro de 2013 R\$17.165, R\$669 e R\$928 respectivamente), e software R\$387.

13. Diferido
Registra basicamente os gastos com despesas administrativas, remuneração e encargos dos funcionários e Administração. Suas controladas diretas registram ao custo de formação, e a amortização é calculada conforme a data de início das operações das Companhias controladas, pelo prazo de cinco anos. Em atendimento ao CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido deve ser totalmente eliminado, e o seu efeito está sendo apresentado na Nota explicativa nº 5.

Table with 3 columns: Indexador, 31/12/13, 31/12/12. Rows include BNDES: TJLP + 3,5% a.a., Principal, Encargos, Total, Parcela de curto prazo, Parcela de longo prazo, Total.

Table with 3 columns: 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 a 2021. Rows include Saldo inicial, Encargos provisionados, Pagamentos, Saldo final.

Mutação dos financiamentos em 2013
Saldo inicial 657.229
Encargos provisionados 51.074
Pagamentos (130.670)
Saldo final 577.633
As garantias são conforme se segue:
a) Pela PCH Participações S.A.
(i) Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, as ações emitidas pelas PCHs de propriedade da PCH Participações S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar total e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.
(ii) Constituição de conta de reserva especial vinculada ao que exceder as contas de reservas do serviço da dívida das beneficiárias, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. Estando as contas de reservas das beneficiárias preenchidas, a conta de reserva especial deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação vencida acumulada para as 13 PCHs. As contas deverão ser abertas em instituição financeira, que atuará como banco administrador de contas, indicada pela beneficiária e aprovada pelo BNDES.
(iii) Não deliberar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio pelo prazo de 12 meses após a entrada em operação da última PCH e enquanto a conta de reserva especial não estiver preenchida durante todo prazo do contrato de financiamento.

b) Pelas Beneficiárias (13 PCHs)
(i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta das PCHs, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Companhia e de suas controladas até a quitação das obrigações junto ao BNDES.
(ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avencas com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos.
(iii) Constituição de conta de reserva do serviço da dívida, proveniente da venda de energia à Eletrobrás, aberta em instituição financeira (Banco do Brasil S.A.), que atuará como banco administrador de contas, indicada pela Companhia e aprovada pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação.
(iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.
(v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em 31 de dezembro de 2013 é de 1,86. O índice apurado na data é superior ao ICSD de 1,3, exigido pelo BNDES.

15. Patrimônio líquido
a) Capital social
o Artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$402.375. Em 31 de dezembro 2013 e 2012, o capital social subscrito e integralizado é de R\$402.375 respectivamente e está representado por 327.813.400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
b) Reservas
Reserva legal
Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.
Reserva especial
Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.
Reserva de Retenção de Lucros
Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76.

c) Dividendos
O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2013, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$133.497, resta um saldo a pagar de R\$93.237. Os dividendos referentes ao exercício de 2013 foram calculados conforme segue:
Lucro do Exercício 165.722
(=) Base de cálculo 165.722
(-) Reserva Legal 8.262
(=) Base de Cálculo do Dividendo 157.436
Dividendos obrigatórios 39.359
Dividendos adicionais propostos 118.077

**16. Contingências**

Suas controladas diretas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. Conforme mencionado na nota explicativa 9, as controladas são parte em ações cíveis que tramitam em juízo correspondendo às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem aos proprietários de terras e a posse definitiva de terrenos. Os valores envolvidos, normalmente, são depositados em juízo e reconhecidos como custo do imobilizado e intangível. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia ou suas controladas em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída. Na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de natureza semelhante, suas controladas são parte de processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e administrativa, que apresentam risco possível de desembolso futuro no valor de R\$2.240 e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciado em notas explicativas. Existe uma ação de execução fiscal da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves contra a PCH São Joaquim no valor de R\$1.403, classificada pelo advogado como perda possível, relativo a débitos fiscais de responsabilidade da construtora Schahin, quando do período das obras. A PCH São Joaquim tem como garantia desta obrigação um contrato de confissão de dívida fiscal, onde a Schahin se responsabiliza por qualquer prejuízo desta execução fiscal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não receberam qualquer notificação de órgãos públicos das esferas fiscal, ambiental ou regulatória que pudesse resultar em penalidades futuras.

**17. Conciliação da receita operacional líquida**

	31/12/13	31/12/12
Receita operacional bruta:		
Venda de energia elétrica	337.044	311.440
Ajuste de MRE, aumento e redução da energia anual assegurada	(14.623)	-
	<u>322.421</u>	<u>311.440</u>
Deduções à receita operacional:		
PIS	(2.191)	(2.022)
COFINS	(10.110)	(9.345)
	<u>(12.301)</u>	<u>(11.367)</u>
Deduções ao ajuste MRE		
PIS Diferido	95	-
COFINS Diferido	439	-
	<u>534</u>	<u>-</u>
Receita operacional líquida	<u>310.654</u>	<u>300.073</u>

**18. Despesas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Despesas com pessoal	37	29	6.850	6.477
Serviços de terceiros	99	2	1.856	2.598
Viagens	-	-	357	960
Publicação	99	102	727	482
Arrendamentos e aluguéis	12	17	1.292	1.243
Outras despesas administrativas	26	9	1.749	1.181
Outras despesas operacionais líquida (*)	-	-	3.123	-
	<u>273</u>	<u>159</u>	<u>15.954</u>	<u>12.941</u>

(\*) Refere-se aos valores da baixa do multiplicador de velocidade da Bonfante Energética, baixa da grade de proteção de Monte Serrat e baixa no Ativo Imobilizado da transferência da Linha de Transmissão de Retiro Velho para a ENERSUL.

**19. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	-	-	(19)	(126)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(51.074)	(62.774)
Outras despesas	(13)	(7)	(264)	(1.056)
	<u>(13)</u>	<u>(7)</u>	<u>(51.357)</u>	<u>(63.956)</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações em renda fixa	2.618	2.963	7.069	7.865
Outras receitas	293	7	434	72
	<u>2.911</u>	<u>2.970</u>	<u>7.503</u>	<u>7.937</u>
Resultado financeiro	<u>2.898</u>	<u>2.963</u>	<u>(43.854)</u>	<u>(56.019)</u>

Aos Acionistas e Administradores da PCH Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da PCH Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

**20. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/13	31/12/12
Lucro contábil antes do IR e da Contribuição Social	166.654	147.905
Exclusões permanentes		
01. Ganho de equivalência patrimonial	(164.029)	(145.101)
Adições permanentes		
01. Provisão para custas judiciais	85	0
Base de apuração do lucro real	<u>2.710</u>	<u>2.804</u>
Alíquota nominal	34%	34%
IR	(653)	(677)
(-) Outros Ajustes	(4)	(6)
Total	<u>(657)</u>	<u>(683)</u>
CSLL	(244)	(252)
(-) Outros Ajustes	(31)	(8)
Total	<u>(275)</u>	<u>(260)</u>

	31/12/13	31/12/12
Lucro contábil antes do IR e da Contribuição Social	177.587	161.357
IR e Contribuição Social as taxas de 34%	(60.379)	(54.861)
Efeito da base de cálculo das empresas tributadas pelo lucro presumido	48.504	42.936
Outros ajustes	10	9
IR/CSLL do Período	<u>(11.865)</u>	<u>(11.916)</u>

**21. Instrumentos financeiros**

Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros que representam risco para a Companhia e suas controladas. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto consideram a deterioração dos preços na variável de risco de 25% e 50% respectivamente, em relação a esta mesma data. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera a variação para 31 de dezembro de 2014: CDI (10,40%), IGPM (6,01%) e TJLP (5%).

Operação	31/12/13	Risco	Impacto	Exposição	Cenário		
					Provável	De 25%	De 50%
Aplicação Financeira	15	Baixa do CDI	Resultado	2	1	1	
Ativos Vinculados ao BNDES	32.873	Baixa do CDI	Resultado	3.419	2.564	1.709	
Consolidado							
Operação	31/12/13	Risco	Impacto	Exposição	Provável	De 25%	De 50%
Aplicação Financeira	13.764	Baixa do CDI	Resultado	1.431	1.074	716	
Ativos Vinculados ao BNDES	65.657	Baixa do CDI	Resultado	6.828	5.121	3.414	
Financiamentos BNDES	(577.633)	Alta da TJLP	Resultado	(28.882)	(36.102)	(43.322)	

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da PCH Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

**Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.e e 11, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que

**22. Cobertura de seguro****Seguro de responsabilidade civil**

As 13 PCHs, controladas diretas da Companhia, contrataram cobertura de seguro no valor de R\$20 milhões com vigência até 28 de abril de 2014 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

**Seguro de operação**

Em 28 de abril de 2013, com vigência até 28/04/2014, as controladas diretas, renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$1.491.024 e lucros cessantes no montante de R\$342.518, considerados suficientes, pela Administração, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

(\*) A avaliação da Administração quanto a adequação das coberturas dos seguros nas controladas, não foi examinada pelos auditores independentes.

**23. Compromissos****i. Licença de Implantação**

Para cumprir as exigências da Licença de Implantação, a Companhia e suas controladas precisam ainda adquirir aproximadamente 669,23 hectares para plantio das áreas de preservação permanente - APP no entorno dos reservatórios, a serem adquiridas até 2017, com base nos PACUERAS aprovados. Foi estimado um desembolso da ordem de R\$16.633, para aquisição destas áreas. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante.

ii. Existem ainda 1.058,66 hectares a serem reforestadas que aguardam aprovação dos respectivos PACUERAS pelos agentes licenciadores competentes. Foi estimado um desembolso da ordem de R\$11.361, para os próximos exercícios, após aprovação dos agentes licenciadores. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante.

iii. Resta pendente a quitação a Compensação Ambiental (Lei nº 9.985/2000 - SNUC), pela empresa Carangola - R\$307 que, de momento, dependem de deliberação do agente Licenciador quanto ao pleito de pagamento, e assinatura de convênio, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante.

iv. Licença de Operação - Todas as Licenças de Operação estão válidas e em vigor. Para atendimento dos programas ambientais nelas previstos, foi estimado um gasto anual até o prazo de vigência da licença, em R\$17.165. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante.

**v. Depósitos Judiciais**

A Companhia e suas controladas realizaram um levantamento por depósito identificando se os mesmos já possuíam laudos periciais, bem como atualizou monetariamente com base nos índices divulgados pelos respectivos tribunais, apurando uma diferença de R\$12.407. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante.

**vi. Legalização de terras**

A Companhia e suas controladas possuem contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no RGI ainda precisam ser regularizadas, com um gasto estimado em R\$1.393. A regularização dessas terras se estenderá até junho de 2015, em função das peculiaridades de cada situação. Em dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante.

**24. Autorização para conclusão das demonstrações contábeis**

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2014.

**COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA**

**Marcos Gratacós Nóbrega** - Diretor; **Walter Nunes Seijo Neto** - Diretor  
Contadora: Natália Moreira dos Santos - CRC RJ - 104518/O-5

novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Impactos da ocorrência de sinistros sobre as operações de controladas**  
Ao longo do exercício de 2013, as controladas Bonfante Energética S.A. e Monte Serrat Energética S.A. tiveram paralisações na geração de energia por conta de sinistros ocorridos nos seus equipamentos. Os reflexos dessas paralisações foram avaliados pela Administração e estão descritos na nota explicativa nº 1.3 às demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2014

**Deloitte.**

Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4